

## 2 Causação

Quais são os problemas que o princípio de causação acarreta à ontologia da qual se vale a Filosofia da Mente? Para entendermos o cerne dessa questão, a investigação deve partir de uma compreensão básica do que se propõe acerca da própria noção de causação.

Um discurso causal aponta, basicamente, a causa de alguma coisa e seu respectivo efeito. No entanto, que tratamento é o mais adequado para que o nosso discurso defina “causa” e “efeito”? Deve-se reconhecer a necessidade de especificar em que implicará estabelecer um modelo causal para qualquer teoria. Por exemplo, um modelo comprometido em estabelecer uma relação de causa e efeito entre aspectos físicos e mentais tratará os dois eventos como se fossem entidades ou propriedades distintas? Podem eventos mentais causar mudanças físicas? Estas são dificuldades comuns aos defensores de tais modelos como possíveis resoluções ao problema corpo-mente.

### 2.1 Preleções:

A noção de “causação” não deve ser confundida com a vertente ontológica denominada “causalidade”. Referir-se à causalidade implica em compreendê-la como uma qualidade intrínseca ao universo, como se fizesse parte da gama de princípios reguladores objetivos da realidade. Adaptando à noção de “física” que compartilhamos atualmente, dir-se-ia que dentre as forças postuladas como reguladoras de fenômenos físicos, tais como gravidade, força de atração do núcleo de um átomo, etc., encontraríamos a causalidade.

Causalidade, caso busquemos na tradição, significa o **porquê** de algum ente existir, o que ele é e como veio a ser o que é. Especificando, posso citar a busca incessante pelas *causas primeiras* que motivou, no período conhecido como pré-

socrático, cada um dos *físicos*<sup>1</sup> que designaram um elemento (a água, a terra, o fogo, o ar, o átomo) ou princípio (*apeíron*, *logos*, o ser) como “arché”, matriz originária de cada coisa existente.

Platão, por sua vez, desenvolveu um sistema que dicotomizou a realidade em dois planos distintos: o mundo sensível e o inteligível. As *idéias*, objetos que habitam o plano inteligível, seriam as realidades últimas de todas as coisas, as causas inteligíveis do que nossos sentidos apreendem, até certo ponto de perfeição, conquanto ficando aquém delas<sup>2</sup>. Desta forma, salienta que há uma distinção ontológica entre *aparência e realidade*.

Para Aristóteles<sup>3</sup>, os entes são *hilemórficos*, isto é, uma unidade *essencial* entre a substância primeira, a *forma*, e *matéria*, a substância primeira acrescida de suas determinações particulares, acidentais. Aristóteles não dicotomizou a realidade em dois níveis, como Platão, mas procurou conceituar quais *propriedades* podem ser responsáveis pela individuação de um ente espaço-temporal qualquer, observando como este ente mesmo irá instanciar tais propriedades. Aristóteles não acreditava que um objeto cuja *causalidade* não esteja em sua constituição pudesse contar como explicação sobre algo.

“Matéria” e “forma”, portanto, relacionam-se a partir de dois princípios constitutivos a cada um, respectivamente, *potência* e *ato*. As causas *atualizam*, transformam a matéria a partir de suas virtualidades, possibilidades de transformação. Há na célula-tronco a *potência* para se atualizar em qualquer célula do organismo. A natureza é, portanto, organizada segundo causas responsáveis por atualizar as *substâncias*, o substrato de qualidades ou atributos necessários de um ente, determinadas pelas potencialidades que acompanham os vários tipos de matéria.

As causas primeiras seriam de quatro tipos: a causa material (aquilo do qual é feita alguma coisa, por exemplo, as células), a causa formal (a forma que uma essência possui, como um cérebro), a causa motriz ou eficiente (aquilo que dá origem ao processo em que a coisa surge, como as influências ambientais e biológicas, desde a primeira infância, que desenvolvem a estrutura e as conexões

<sup>1</sup> “A física pré-socrática nada tem a ver com a física na acepção moderna da palavra (...) devemos entender por esta expressão o saber do *ente* na sua totalidade.” Cf. BORNHEIM, G. A. (org.), *Os Filósofos Pré-Socráticos*, p. 11.

<sup>2</sup> PLATÃO, *Fédon*, 99e-100e.

<sup>3</sup> ARISTÓTELES, *Metafísica*, p. 53.

do cérebro, por exemplo) e a causa final (aquilo para o qual a coisa é feita, como monitorar diversas operações químicas e motoras no corpo humano).

O tratamento do conceito de causalidade, até então, evocava-o como princípio último que compunha a natureza de todas as coisas. As causas eram preocupação *ontológica* na elaboração de qualquer teoria sobre o real.

Causação, por sua vez, é uma noção epistemologicamente implicada. Isso significa que tratar de uma relação entre causa e efeito é uma conveniência que nos é dada por nosso aparato cognitivo, e não porque existam, a priori, causas necessárias. A partir dessa noção, relacionamos um determinado evento a outro por fatores empiricamente implicados, como contigüidade temporal, semelhança ou qualquer variável ambiental ou subjetiva que contribua para articular observações de eventos no mundo. Em última análise, causação deixa de ser um princípio para se tornar uma relação *contingente* entre eventos.

Segundo Nancy Cartwright, em artigo para a *Routledge Encyclopedia of Philosophy* (1998), essa virada na noção de causalidade para causação, em grande parte, foi influenciada pelo empirismo inglês, mais notoriamente por David Hume (1711-1776) na obra *Investigação sobre o Entendimento Humano*, publicada originalmente em 1748. Partindo da análise de Nicolas Malebranche sobre o conceito de “causalidade”, Hume defende a visão de que não existem critérios para fundamentar um argumento de causalidade necessária<sup>4</sup> e formula a “teoria associacionista da formação de conceitos”; teoria que admite as relações de causa e efeito como um movimento de ligação entre idéias, fenômeno este ocorrente no intelecto humano *durante* qualquer experiência do *sensível*. Na Seção II de *Investigação*, afirma que conhecemos as coisas a partir de duas classes de percepções da mente: a primeira são os *pensamentos* ou *idéias*, que são as percepções menos vivazes, cópias de sensações ou percepções qualitativas. A segunda classe, a das *impressões*, compreende as sensações, os aspectos qualitativos que têm como ponto de partida a experiência.

O tratamento da noção de “causalidade” passará ao nível *epistemológico*, que retira da referida noção seu caráter de entidade *per se*; a causalidade passa a ser causação: operação estabelecida entre impressões e o que delas inferimos a

---

<sup>4</sup> HUME, D., *Investigação Sobre o Entendimento Humano*, p. 158.

partir da experiência, esta de relevância chave para o conhecimento, como afirma Hume:

Reconhece-se que o supremo esforço da razão humana é reduzir os princípios causadores dos fenômenos naturais a uma concepção mais simples e reportar os numerosos efeitos particulares a umas poucas causas gerais por meio de raciocínios baseados na analogia, na experiência e na observação<sup>5</sup>.

Apesar da causação ser operada entre diferentes impressões no intelecto humano, Hume alegou que o único nexos entre causa e efeito será a contigüidade espaço-temporal, que nos diz muito mais sobre nossa maneira de representar o mundo que, necessariamente, regularidades entre situações singulares. Isto significa que de uma causa não se pode estabelecer determinado efeito e vice-versa, mas, somente, um hábito formado a partir de características observáveis. O que isso implica é em uma noção de causação que não explica, a não ser de maneira arbitrária, porque um efeito é derivado de determinada causa. Hume propôs que o sustentáculo do que postulamos como leis causais são regularidades qualitativas entre eventos singulares diversos. Como associamos essas regularidades entre si é o problema que persiste até o momento e, como consequência, fundamenta o que se chama de *problema do nexos causal*, formulado da seguinte maneira: se uma causa C não determina a regularidade com que um efeito E ocorrerá, o que estabelece conexão entre estes dois eventos?

Immanuel Kant (1724-1804), por sua vez, admitiu influência do empirismo inglês, mas procurou solucionar a problemática formulação da teoria da causação proposta por Hume. Segundo comenta na *Crítica da Razão Pura* (1781), todo o conhecimento possível será baseado na maneira como nossas faculdades organizam os *fenômenos*, as representações por nós conhecidas, de maneira transcendental. Por *transcendental*, Kant conceitua toda forma *a priori*, isto é, anterior à experiência, que regulará o ato de conhecer a partir das faculdades da *Sensibilidade*, responsável pelas *intuições*, dados sensíveis; e *Entendimento*, faculdade que formula *juízos*, proposições, sobre as intuições. Esta é a base do que Kant chamou de *idealismo transcendental*. O domínio do *noumenos*, das coisas-em-si, que estão além de nossa razão, diz Kant, é-nos inapreensível porque toda a nossa capacidade de conhecer já está *determinada*.

---

<sup>5</sup> Ibid., p. 140.

A noção de “causalidade” será responsável pela regulação dos juízos acerca dos fenômenos naturais e o modo necessário com que se relacionam mutuamente em nossa experiência. A causalidade é, portanto, uma *categoria transcendental* do Entendimento. Ao prosperar em uma noção de causalidade *epistemologicamente* forte, a organização interna de nossa experiência é unificada de tal maneira que arbitra o fechamento causal do mundo. “O princípio do determinismo (...) é uma verdade necessária porque é a pressuposição de qualquer experiência de um mundo objetivo”, comenta Nancy Cartwright (1998). O que interfere entre dois estados putativos, a saber, uma causa e um efeito, de maneira que eles, singularmente, se sustentem, é a necessidade da própria razão em estabelecer estados análogos para toda experiência possível<sup>6</sup>.

A rejeição a qualquer idealismo, característica das críticas à metafísica proeminentes na transição do século XIX para o século XX, expôs, novamente, a dificuldade em propor uma regularidade que determinasse a causação singular e trouxe à baila o problema da elaboração das *leis causais*: quais são os parâmetros que possibilitarão um critério objetivo para se falar das representações de causa e efeito sem envolver, nesta questão, instâncias baseadas em aspectos *a priori*? O *positivismo lógico*, corrente de pensamento que se destacou nesse período, embasava-se nas seguintes teses:

1. Toda teoria é vista de maneira a ser formulada em uma linguagem formal, sintática, como uma representação concreta e necessária do mundo;

2. Posto que toda teoria é formal, a interpretação dos dados possibilita que regras semânticas sejam aplicadas, definindo as condições de verdade para cada teoria interpretada. Deve haver traduções possíveis entre linguagens *observacionais* e *teóricas*, além da necessidade de tradução entre teorias rivais.

O positivismo privilegiou as ciências rigorosas como único saber racional e progressivo capaz de estabelecer critérios para desenvolver uma *linguagem natural* capaz de representar aspectos empíricos do mundo. Apesar de também serem chamados de *empiristas lógicos*, o positivismo não foi uma retomada do empirismo dominante no século XVII. A rejeição ao *metafísicismo*, como fora chamada a noção de uma investigação com preocupações *a priorísticas*, rejeitou tanto a noção de causalidade quanto a de causação.

---

<sup>6</sup> KANT, I., *Crítica da Razão Pura*, p. 215 et. seq.

Primeiro, a noção de causalidade pressupõe uma vacuidade entre os eventos observáveis e os fatores que os geraram. De acordo com a *teoria verificacionista do significado*, proposta por Alfred Jules Ayer (1910-1989) e considerada a tese mais fundamental do positivismo lógico, toda proposição semanticamente relevante é verificável pela experiência<sup>7</sup>. A negação das proposições metafísicas afirma que tal proposição não pode ter seu valor de verdade ou falsidade determinado pela própria proposição.

A noção de causação, de acordo com o mesmo critério verificacionista, não diferencia causas de efeitos sem apelar à atribuição de contigüidade espaço-temporal. A tentativa de rejeitar a arbitrariedade proposicional, como a de Hume, procurou sustentar-se sobre a noção de *lei causal*, onde uma dada representação de um efeito, dentro de uma linguagem *natural*, é determinada pelas ocorrências observáveis de possibilidades que a derivem. Por exemplo, um evento *E* tem uma causa *C* se aceitarmos o fato de que todos os casos de *E* observados derivam de casos *C*.

Os problemas que seguem dessa postura positivista são conhecidos como “sobredeterminação” e “preempção”. De acordo com a tese da sobredeterminação, se um evento ocorre no âmbito de dois ou mais fatores que lhe sejam suficientes, duas ou mais descrições possíveis ser-lhe-ão atribuídas sem indicar qual é a responsável pelo evento em questão. A preempção causal, por sua vez, sugere que um efeito descrito por uma lei causal pode ser resultado de uma causa outra que intervenha previamente no processo. Ambos sugerem, ao final, um caráter contingente permanente nas noções propostas.

Estes modelos foram colocados em xeque pelo *falseabilismo*, tese de Sir Karl Popper (1902-1994), que rejeita os critérios indutivos *verificacionistas* de que partem os cientistas para postular teorias científicas. De acordo com sua análise, a experiência, ao contrário do que defendeu Ayer e o Círculo de Viena<sup>8</sup>, será produto final e, a rigor, definirá se uma teoria será corroborada ou refutada. A hipótese científica não será, portanto, determinada na tradução de aspectos sensíveis da experiência em proposições, mas precederá a experiência, quando da formulação hipotético-dedutiva de seus princípios. A regularidade de uma lei causal será objeto de constantes testes rigorosos porque toda fonte de

<sup>7</sup> AYER, A., *Language, Truth and Logic*, p. 35.

<sup>8</sup> KRAFT, V., *El Círculo de Viena*, p.132.

conhecimento, declara Popper, peremptoriamente, é passível de submissão ao exame crítico<sup>9</sup>.

O relativismo epistemológico radical na filosofia da ciência e nas demais áreas do saber foi fonte das fortes críticas ao programa de pesquisa positivista. Tendo como expoentes o **relativismo metodológico** e o **relativismo lingüístico**, tais teses defendiam que a intertradutibilidade entre linguagens naturais é uma impossibilidade, uma vez que não há uma linguagem totalmente neutra que permita a observação e tradução entre duas linguagens formais distintas. A “incomensurabilidade interteórica”, como é conhecido este caráter, agravou a possibilidade de se estabelecer uma lei causal porque não há como estabelecer regularidade entre diferentes paradigmas e cada um estipulará uma noção própria de causa e efeito singular.

Como consequência, a possibilidade de inferir critérios para reduzir leis causais à regularidades entre tendências, probabilidades ou inferências causais foi frustrada. A tentativa de se estabelecer uma regularidade verificável própria ao método positivista sofre uma inversão e a análise contextual de eventos singulares procurará sustentar a pressuposição de que a solução do problema do nexa causal deve contemplar a intuição de que um evento pode ou não ser relacionado a uma lei causal, caso a mesma exista.

Sumarizando, os problemas maiores da noção epistemológica de causação e que, de acordo com a pesquisa prelecionada, continuam em aberto, são os seguintes:

1. Como estabelecemos um nexa entre eventos denominados “causas” e os eventos denominados “efeitos”?;
2. Existe uma regularidade causal entre eventos?;
3. Quando um efeito é sobredeterminado, como estabelecemos que é resultante de determinada causa?;
4. A causação é uma relação contingente, dada a possibilidade de preempção, isto é, que um efeito descrito por uma lei causal pode ser resultante de uma causa outra que intervenha previamente no processo?

---

<sup>9</sup> POPPER, K., *Conjecturas e Refutações*, p. 55.

Há, ainda, problemas periféricos<sup>10</sup>, mas todos implicados pelos acima categorizados. Prosseguirei destacando como a noção de “causação” é utilizada no panorama de que se vale a Filosofia da Mente.

## 2.2 Causação em Filosofia da Mente

Para as teorias que se valem da noção de “causação” em Filosofia da Mente, admite-se que existem dois domínios de fenômenos, cada qual com um conjunto de propriedades intrínsecas: o *físico* e o *mental*.

O domínio físico é determinado pelo fechamento causal do mundo, ou seja, todo fenômeno deverá ser determinado por uma causa física, mensurável e observável a partir de aspectos imputados pela noção atual de “universo”. Um ente localizado nesse universo tem um conjunto de propriedades que lhe são intrínsecas e o definem como tal. Em virtude dessas propriedades, terá o poder causal (a disposição ou a capacidade) de agir de diversas maneiras sobre outros entes.

O domínio mental, por sua vez, não é *explicitamente* considerado redutível à instanciações físicas e será classificado pelos eventos e propriedades com que, aparentemente, se manifesta. Por “evento mental” denominam-se estados intencionais, como acreditar, desejar, querer, pensar, etc. Propriedades mentais definem, conforme a noção de “propriedade física”, as disposições ou poderes causais do domínio mental e seus eventos.

A dificuldade mais recorrente com a noção de “causação” em Filosofia da Mente diz respeito à sua *direção*. Pergunta-se: a relação é bilateral? Assim como um dado estado físico pode causar um estado intencional (como no caso em que sinto meu estômago roncar e acredito estar com fome), será que estados intencionais (como acreditar, desejar ou pensar em algo) tem alguma eficácia causal no comportamento de um dado organismo?

Diversas são as tentativas de manter a eficácia causal da noção de “mente” dentro do escopo do fechamento físico porque as críticas ao dualismo são bastante adotadas. Ryle (1949), por exemplo, ao criticar a noção *dualista* de mente, mais

---

<sup>10</sup> Para maiores esclarecimentos, sugiro a leitura do excelente artigo de Jonathan Schaffer, “Metaphysics of Causation”, disponível on-line na *Enciclopédia Stanford de Filosofia*. Ver **Bibliografia**.

especificamente, o interacionismo cartesiano, estabelece-o como dificuldade constante às propostas apresentadas pelo comportamentalismo científico, panorama de que se vale. Conforme explicita Gallistel, no artigo *Behaviourism, methodological and scientific* da *Routledge Encyclopedia* (1998), o behaviorismo assevera que a psicologia científica deva dizer respeito à formulação de leis relacionando dados observáveis, tais como estímulos e respostas. Os mecanismos e processos mentais não-observáveis, tais quais intenções, desejos e crenças, devem ser descartados das instâncias explicativas.

A proposta de uma nova filosofia para tratar do conceito de mente aborda o vocabulário mentalista criado a partir do “Mito Cartesiano” como um *equivoco categorial*. Tal equívoco, Ryle descreveu, ocorre devido ao intento de analisar a relação entre mente e corpo como se participassem da mesma categoria lógica. O idealismo comete um erro categórico básico por tentar reduzir a realidade física ao mesmo status da realidade mental. Dessa maneira, termos como “mente”, “desejo” ou “acreditar” não representam um evento mental privado e irreduzível, mas o que ele chama de *disposição* ou a capacidade de agir de uma maneira em circunstâncias propícias<sup>11</sup>.

O vocabulário mentalista, Ryle pretendeu mostrar, determina um distanciamento entre tais domínios porque estimula uma crença em dois níveis ontológicos de fenômenos. A Filosofia da Mente como a conhecemos se vale dessa crítica e, nesse contexto, despontaram, inicialmente, as primeiras formulações das *teorias da identidade de tipos* entre cérebro e mente. Entretanto, teorias que se valem do identitarismo ainda procuram, dentro de uma visão materialista, responder ao problema corpo-mente, ao passo que Ryle considera o referido problema um equívoco. Direcionarei o foco da investigação a elas em capítulo próprio, dado que, nesse momento, interessa entender os motivos que mantiveram a causação na agenda.

Donald Davidson (1917-2003), filósofo norte-americano, defendeu uma proposta controversa conhecida pelo nome de “monismo anômalo”<sup>12</sup>. Sua teoria parte de três princípios:

1. *O princípio da interação causal*: esse princípio determina que há eficácia causal entre eventos mentais e eventos físicos, e vice-versa;

<sup>11</sup> Cf. RYLE, G., op. cit., p. 118.

<sup>12</sup> DAVIDSON, D., *Mental Events*, p. 137 et. seq.

2. *O caráter nomológico da causalidade*: esse caráter afirma que o domínio físico é regido por leis que suportam e são suportadas por contrafactuais, conceituadas *leis estritas*; tais leis relacionam eventos como causa e efeito dado o fechamento causal do mundo;

3. *O anomalismo do mental*: não há, entretanto, leis estritas que favoreçam uma relação causal entre os domínios físico e mental, portanto, toda e qualquer descrição de eventos mentais recairá sob uma descrição materialista.

Davidson afirma que o terceiro princípio, que diz respeito ao anomalismo do mental, não é incompatível com o caráter nomológico da causalidade. Segundo argumenta, sempre que houver causação entre evento mental e instanciação física, ele será coberto por uma lei estrita e será necessária uma redução entre os domínios da instanciação do mental ao físico no nível descritivo. Sua negação da existência de *leis psicofísicas*, isto é, leis que conectem ambos os domínios, é suportada por uma noção de que o domínio mental tem leis próprias que não as considerações normativas sobre as quais são erigidas as ciências físicas. Dessa maneira, leis estritas não conseguirão reduzir ao domínio físico os princípios que governam o domínio mental.

O problema gerado pelo monismo anômalo é simples: se eventos mentais fossem, então, excluídos de qualquer explicação física sobre determinado evento no mundo, eles não seriam, aparentemente, relevantes para explicar a relação causal entre eventos, que teriam, segundo o princípio nomológico, leis estritas para compreendê-lo. O monismo é mantido sem recorrência à propriedades outras que não as já intrínsecas ao domínio físico. Esse raciocínio é conhecido pelo nome de “argumento da exclusão”.

Outra consequência do monismo anômalo é a “epifenomenalidade das propriedades mentais”. O conceito de “epifenomenalismo” é, segundo comentam Keith Campbell e Nicholas J.J. Smith para o arquivo homônimo da *Routledge Encyclopedia* (1998):

Teoria com respeito à relação entre os domínios físico e mental, considerados radicalmente diferentes na natureza. A teoria afirma que **somente estados físicos têm poder causal e que estados mentais são totalmente dependentes deles**. O domínio mental, para epifenomenalistas, é nada mais que uma série de estados conscientes que significam a ocorrência de estados do sistema nervoso, mas que não exercem papel causal.

Dada a tentativa de manter a eficácia causal das propriedades mentais, o epifenomenalismo é rejeitado por Davidson. O compromisso de manter o determinismo fisicalista trouxe à proposta do monismo anômalo suas principais dificuldades.

John Searle, filósofo norte-americano, em contrapartida, defende que processos neurobiológicos de nível inferior causam a mente e todas as propriedades que dela reconhecemos, mais especificamente, a *intencionalidade* e a *consciência*, pilares de suas investigações.

A grande variedade de estímulos que nos afeta quando, por exemplo, provamos um vinho, olhamos para o céu, sentimos a fragrância de uma rosa ou ouvimos uma música disparam uma seqüência de processos cerebrais que, no final, causam estados internos, subjetivos (...). É surpreendente perceber que tudo em nossa vida consciente, desde a sensação de dores, cócegas e coceiras até, se você quiser, a sensação de angústia (...) são causados por processos cerebrais.<sup>13</sup>

Searle afirma que a mente tem a propriedade de se direcionar sobre um objeto, de o pensamento “ser sobre algo”. Para circunscrever tal característica, recorre ao conceito de *intencionalidade*. No caso de estados como pensamentos, crenças, desejos e similares, essa propriedade é reconhecida pelo nome de *aboutness*. Sua abordagem admite que estados mentais tem eficácia causal no comportamento, posto que representar um estado do tipo intencional (como acreditar que há um mosquito voando ao redor do meu braço) tem relevância *semântica* e pode promover um comportamento (o meu balançar do braço para espantar o inseto).

O “naturalismo biológico” de Searle parte do seguinte princípio: eventos mentais (a intencionalidade, a consciência, as *qualia*, etc.) são propriedades de nível superior do cérebro, portanto, dependentes da instanciação física que causalmente sustenta. Para Searle, isso não significa que a intencionalidade, ou qualquer outra propriedade, como a consciência, sejam redutíveis ao cérebro. Nas palavras do próprio Searle:

Causalmente falando, não há nada [distinto], somente a neurobiologia, que tem uma característica de nível superior (...) “Consciência” não nomeia um fenômeno distinto,

---

<sup>13</sup> Cf. SEARLE, op. cit., p. 31.

separado, algo além de sua base neurobiológica; na verdade, nomeia um estado em que o sistema neurobiológico pode estar.<sup>14</sup>

A explicação parece bastante confusa porque admite, por um lado, que a consciência não é um aspecto redutível à neurobiologia, mas em seguida afirma que não existe qualquer fenômeno ontologicamente relevante para explicar o que são esses estados mentais e porque eles apresentam qualquer relevância na explicação do comportamento. São, simplesmente, instâncias explicativas, formas variadas de falar acerca de um mesmo evento. A consequência desta sua posição é o “problema da sobredeterminação causal”.

Deve-se considerar, ainda, que o pressuposto da irredutibilidade do fenômeno mental é uma característica imprescindível das teorias dualistas (seja de um “dualismo de substâncias”, seja de um “dualismo de propriedades”); nesse sentido, Searle é um dualista.

Na obra *O Mistério da Consciência* (1998), Searle convida-nos a supor que um estado intencional M afetou um estado físico F, como no exemplo do mosquito e do movimento do meu braço. Tal *factum* (estado mental direcionado para o mundo) é carregado de *semântica*, ou seja, implica que um estado mental semântico M' tenha causado o estado mental M que, posteriormente, irá provocar mudanças no meu comportamento. Esse estado M', para existir, deve primeiro ser causado por F', dado que processos mentais são, por hipótese, causados por instanciações físicas. O quadro aqui exposto pressupõe que o estado físico F é sobredeterminado por ser instanciado por dois estados suficientes, M e F'.

Searle se defende afirmando que o mesmo sistema está sendo descrito em níveis diferentes. Em outras palavras, dizer que a minha crença de que o mosquito vai me picar no braço faz com que eu abane a mão para espantá-lo ou que esse comportamento é ativado puramente pelo meu processamento visual e pelas propriedades internas do meu cérebro tem o mesmo resultado.

Seria apressado dizer que Searle parece dar forças às posições que defendem a eliminação do vocabulário da psicologia popular. Sua posição afirma que esse vocabulário representa o nível *privado e irredutível* da experiência subjetiva e consciente. Mas não foi o próprio Searle quem disse que tais explicações são reforçadoras de um dualismo de propriedades entre corpo e mente?<sup>15</sup> Searle quer

<sup>14</sup> Id., *Why I Am Not a Property Dualist*, p. 60. Tradução e grifos meus.

<sup>15</sup> Ibid., p. 63.

que a consciência seja tão biológica quanto a digestão, porém, não concede qualquer nível de redução para explicar o fenômeno que, por suas dificuldades, acaba não sendo fenômeno algum. Assim sendo, o “argumento da exclusão” acaba se aplicando ao que ele propõe.

Jaegwon Kim é um dos mais atuais defensores de uma compreensão da causação mental. Partidário de um *revisionismo* metafísico, por assim dizer, procura tratar dos diversos problemas da causação a partir da idéia de que o problema da proposta de Searle, e das demais, é resultante de uma necessidade de reformulação da ontologia proposta. Essa revisão teria como principal consequência um discurso consistente sobre a causação que levasse em consideração o reducionismo<sup>16</sup>, necessário para manter o fechamento físico do mundo e evitar o dualismo de propriedades em que corre o risco de cair.

Kim afirma que o termo “reducionismo” é tratado com suspeitas no panorama de Filosofia da Mente. Admite, inclusive, que o termo é tratado de maneira pejorativa e dedica o capítulo final da obra intitulada *Mente em um Mundo Físico* (1998) ao diagnóstico dos problemas com o reducionismo. Seu principal argumento é o de que a noção de “leis de ligação entre diferentes domínios explicativos” não pode supor o puro colapsar a partir de regras sintáticas, leis de ligação e nivelamento de entidades porque essas leis não explicam exatamente como tais domínios se relacionam e porquê<sup>17</sup>. Contudo, ao rever a redução, Kim constrói uma teoria de identidade que se vale da superveniência para propriedades com valor extrínseco, isto é, nomologicamente determinadas. Sua proposta funcionalista também admite que o caráter *multiplamente realizável* de uma propriedade mental é o que lhe atribui poder causal sobre propriedades físicas porque o nível básico não terá tais propriedades. Tratarei de sua abordagem nos capítulos dedicados às noções de “identidade” e “superveniência”, respectivamente.

## 2.3 Comentários

Todas as respostas ao problema da causação supõem que o mesmo deva ser respondido em outras bases. Um exemplo disso é a resposta de Kim a Searle, ao

---

<sup>16</sup> KIM, J., *Mind in a Physical World*, p.89.

<sup>17</sup> *Ibid.*, p. 96.

afirmar que “alguma forma de reducionismo (...) pode bem ser a única visão viável se eventos mentais tiverem um papel causal genuíno no mundo físico”<sup>18</sup>. A resposta de Kim sugere que a noção de “causação” por si só é fraca para manter o fechamento causal porque ela mesma carece de uma noção de “identidade” que dê conta das reduções necessárias para tal e de uma noção de “superveniência” que conecte os níveis de propriedades funcionais que permitirão a eficácia causal de propriedades heterogêneas. Em suas palavras, “o fisicalismo redutivo salva o mental, mas somente como parte do físico”<sup>19</sup>.

Respostas que sugerem a adoção das noções de “superveniência” ou da “múltipla realizabilidade” são intrincadas e levantam problemas tão peculiares que preferi dedicar-lhes capítulos próprios para tal. Essas explicações não partem da suposição de que a mente deva ser mantida no quadro causal do mundo, mas pressupõem que o mundo é causalmente determinado e fisicamente fechado nessas causas. Não afirmo de antemão que o fechamento causal é falso, nem implico diretamente com ele. Apenas acredito que as propostas não vislumbraram o fato de que, metafisicamente, manter um domínio chamado mental em um mundo que não admite fenômenos adversos à sua constituição física entrará em colapso, cedo ou tarde, pelos seus próprios argumentos.

Questões acerca da metafísica da causação devem, antes de qualquer coisa, responder o que constitui cada domínio. Essa proposição constitui o único acordo tácito de que se valem os filósofos e pesquisadores. Fora isso, a noção de mente se perde em relatos e noções que procuram retirar um estatuto ontológico em favor de sua instanciação física. Deve-se responder primeiro se o princípio de causação é bilateral antes de se estabelecer, determinar ou julgar conveniente, assertivas acerca da ineficácia causal posadas por argumentos como o da exclusão.

---

<sup>18</sup> Ibid., p. 48.

<sup>19</sup> Ibid., p.120.